



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

ABINOAN EMILIANO DOS SANTOS

ANDRESSA MARIA DOS SANTOS MENDONÇA

**ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA REFLEXÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO
POPULAR**

Maceió
2026

ABINOAN EMILIANO DOS SANTOS

ANDRESSA MARIA DOS SANTOS MENDONÇA

**ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA REFLEXÃO NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO POPULAR**

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Profª Drª. Abdizia Maria Alves Barros

Maceió
2026

ABINOAN EMILIANO DOS SANTOS
ANDRESSA MARIA DOS SANTOS MENDONÇA

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA REFLEXÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Artigo Científico defendido e aprovado em 21/05/2026.

Orientador: Prof^a Dr^a. Abdizia Maria Alves Barros

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ABDIZIA MARIA ALVES BARROS
Data: 12/07/2026 20:21:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador(a) 1

Documento assinado digitalmente
 JEANE FELIX DA SILVA
Data: 07/07/2026 09:19:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador(a) 2

Documento assinado digitalmente
 ANDRESSO MARQUES TORRES
Data: 07/07/2026 17:21:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA REFLEXÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Abinoan Emiliano dos Santos
abinoan.santos@cedu.ufal.br
Andressa Maria dos Santos Mendonça
andressa.mendonca@cedu.ufal.br

RESUMO:

A alfabetização de jovens e adultos na perspectiva da educação popular constitui um campo fundamental para a construção de práticas pedagógicas críticas e emancipadoras. Visto que são muitos os desafios históricos da EJA, especialmente no que se refere à desvalorização dos saberes dos educandos e à reprodução de metodologias descontextualizadas. Este trabalho tem como objetivo analisar a alfabetização de jovens e adultos a partir dos princípios da educação popular, destacando o seu potencial transformador. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada nas contribuições de Paulo Freire e de autores que discutem a educação popular. A análise evidencia que essa perspectiva valoriza os conhecimentos prévios do educando, suas experiências de vida e sua realidade social, promovendo um processo educativo dialógico e significativo. Nesse contexto, os educandos não apenas aprendem a ler e escrever palavras, mas também a ler e interpretar o mundo, desenvolvendo uma consciência crítica acerca de sua realidade social, política e econômica. Além disso, a educação popular amplia seus espaços de atuação, podendo ocorrer em escolas, associações, instituições religiosas e outros espaços comunitários. Espera-se que este estudo contribua para o fortalecimento de práticas alfabetizadoras comprometidas com a transformação social.

Palavras-chave: Alfabetização de jovens e adultos; Educação popular; EJA; Práticas transformadoras

Abstract

Youth and Adult Literacy from the perspective of Popular Education constitutes a fundamental field for the development of critical and emancipatory pedagogical practices. This study aims to analyze youth and adult literacy based on the principles of Popular Education, highlighting its transformative potential. It is a qualitative bibliographic study grounded in the contributions of Paulo Freire and other authors who discuss Popular Education. The analysis shows that this perspective values learners' prior knowledge, life experiences, and social realities, promoting a dialogical and meaningful educational process. In this context, learners not only acquire reading and writing skills but also develop the ability to critically read and interpret the world, fostering awareness of their social, political, and economic realities. Furthermore, Popular Education extends beyond formal school settings and can take place in community associations, religious institutions, and other educational spaces. It is expected that this study will contribute to strengthening literacy practices committed to social transformation.

Keywords: Youth and Adult Education; Popular Education; Literacy; Paulo Freire; Critical Education.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização dos jovens e adultos constitui um dos principais desafios educacionais contemporâneos, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais, econômicas e culturais. No Brasil, muitas pessoas não tiveram acesso à escolarização na infância, o que compromete não apenas o desenvolvimento individual, mas também a participação plena na vida social e política. Nesse cenário, a educação de jovens e adultos (EJA) emerge como um espaço fundamental de reparação histórica e de promoção da cidadania, indo além do simples domínio da leitura e da escrita para abarcar a formação crítica dos sujeitos.

A perspectiva da educação popular, fortemente influenciada pelas contribuições de Paulo Freire propõe uma abordagem dialógica e emancipadora do processo educativo. Nessa concepção, alfabetizar não significa apenas ensinar códigos linguísticos mas promover a conscientização dos educandos acerca de sua realidade. Valorizando seus saberes prévios e incentivando a transformação social. Assim, a alfabetização de jovens e adultos deve ser compreendida como um processo político e cultural, no qual educador e educando constroem juntos o conhecimento a partir de experiências concretas de vida.

A escolha desse tema justifica-se pela importância de compreender que a educação popular pode contribuir para tornar o processo de alfabetização mais significativo, crítico e inclusivo. Além disso, há uma necessidade de fortalecer e incentivar práticas pedagógicas fundamentadas na escuta, no diálogo e na problematização da realidade do educando.

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar a importância da alfabetização de jovens e adultos sob a perspectiva da educação popular, compreendendo-a como um processo que ultrapassa a aquisição de habilidades técnicas de leitura e escrita, Com vistas a alcançar esse propósito, estabeleceram-se objetivos específicos que norteiam o desenvolvimento desta pesquisa. O primeiro objetivo é apresentar um breve contexto histórico e contemporâneo sobre a alfabetização de jovens e adultos no Brasil.

O segundo objetivo é explicar os conceitos de educação, educação popular e EJA. O terceiro objetivo consiste em compreender a alfabetização como uma prática social e política. Por fim, o quarto objetivo, é proporcionar reflexões acerca da importância do ensino de jovens e adultos na perspectiva da educação popular.

Diante desse contexto, pretende-se responder, nesta pesquisa, à seguinte problemática: Qual a importância da alfabetização de jovens e adultos na perspectiva da educação popular? Essa questão orienta a reflexão sobre práticas pedagógicas que integrem diálogo, participação ativa e valorização das experiências dos educandos, buscando não apenas a aquisição da leitura e da escrita, mas também a construção de sujeitos autônomos e conscientes de seu papel na sociedade.

A presente pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, por buscar compreender fenômenos relacionados aos significados, valores e concepções que não podem ser reduzidos à quantificação (Minayo, 2007). Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada principalmente nas obras de Paulo Freire, destacando-se *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, *A Educação como Prática da Liberdade* e *A Importância do Ato de Ler*: em três artigos que se completam. Também foram utilizadas as obras *O que é Educação*, de Carlos Rodrigues Brandão, e *Educação Popular: revisando o debate*, de Moacir Gadotti, além de outros autores que discutem a alfabetização de jovens e adultos na perspectiva da educação popular.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem uma longa trajetória no Brasil, marcada por avanços, retrocessos e lutas sociais. Desde os tempos coloniais, a educação formal esteve voltada para as elites, deixando grande parte da população, principalmente trabalhadores, negros e mulheres, fora da escola. Assim, o direito à educação para quem não teve oportunidade na infância foi sendo conquistado aos poucos, fruto de muita resistência e mobilização popular.

Segundo Fávero e Freitas (2011), a história da EJA no Brasil sempre caminhou junto das transformações sociais e políticas. Eles lembram que, muitas vezes, a educação de adultos foi tratada de forma assistencialista, como se fosse um favor e não um direito. Nas palavras dos autores, “a alfabetização de adultos sempre oscilou entre políticas de inclusão e estratégias de controle social” (Fávero; Freitas, 2011, p. 45). Isso mostra como a EJA esteve ligada não só à escola, mas também aos interesses de cada período histórico.

Na década de 1960, por exemplo, a proposta de alfabetização de Paulo Freire marcou profundamente a história da EJA. Freire defendia uma educação libertadora, baseada no diálogo e na realidade do educando, diferente dos métodos tradicionais. Como ele mesmo dizia, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987, p. 78). Essa visão deu à EJA um caráter político e transformador.

Com o golpe militar de 1964, essas propostas foram interrompidas, e a educação de adultos passou a ser vista apenas como treinamento para o trabalho, com programas como o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Fávero e Freitas (2011) destacam que esse tipo de política buscava mais “a adaptação do adulto ao sistema” do que a formação crítica e cidadã.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante, pois reconheceu a educação como direito de todos e dever do Estado. Esse princípio foi reafirmado na LDB de 1996 (Lei nº 9.394/96), que dedica um capítulo específico à EJA (artigos 37 e 38), garantindo que jovens e adultos tenham direito a oportunidades de aprendizagem adequadas às suas condições de vida e trabalho.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) também reforça a importância da EJA ao estabelecer metas para ampliar a oferta de alfabetização de pessoas jovens e adultas e diminuir o analfabetismo. No entanto, como lembram Fávero e Freitas (2011), ainda existe um longo caminho a percorrer, pois muitos jovens e adultos continuam fora da escola ou não conseguem concluir os estudos.

2.2 CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Atualmente, segundo a Diretriz Curricular da EJA (Parecer nº 3/2025), a educação de jovens e adultos traz avanços ao reconhecer que os estudantes têm trajetórias diferentes e precisam de maior flexibilidade. No entanto, ainda apresenta limites quando se observa a pouca valorização do diálogo com a realidade dos educandos e de seus saberes, o que mostra um distanciamento da perspectiva da educação popular.

Em relação ao Pacto Nacional pela Superação do analfabetismo, também é possível identificar avanços e limites. A proposta é importante por buscar reduzir o analfabetismo no país, mas apresenta uma forte ênfase em metas e resultados. Com isso, a alfabetização tende a ser tratada mais como uma habilidade técnica, com menor foco na formação crítica e na consciência social dos estudantes, elementos fundamentais da educação popular.

Por outro lado, os Fóruns¹ de EJA no Brasil têm um papel fundamental nesse cenário. Formados por educadores, pesquisadores e movimentos sociais, eles defendem uma educação baseada no diálogo, na valorização das experiências de vida dos educandos e na transformação social. Esses fóruns se aproximam mais da perspectiva da educação popular e atuam como espaços de luta por políticas públicas mais justas para a EJA.

Entretanto, é possível perceber que a EJA, no contexto atual, continua sendo um campo de muitos desafios. Ao analisar o Parecer nº 3/2025 e o Pacto Nacional pela superação do analfabetismo, Em relação ao Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo, também é possível identificar avanços e limites.

A proposta é importante por buscar reduzir o analfabetismo no país, mas apresenta uma forte ênfase em metas e resultados. Com isso, a alfabetização tende a ser tratada mais como uma habilidade técnica, com menor foco na formação crítica e na consciência social dos estudantes, elementos fundamentais da educação popular. Essa preocupação torna-se ainda mais relevante diante dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que evidenciam a persistência do analfabetismo como um desafio social. Em 2024, o Brasil registrou taxa de analfabetismo de 5,3% entre a população com 15 anos ou mais, enquanto Alagoas apresentou a maior taxa do país, com 14,2%, índice muito superior à média nacional. Esses dados demonstram que, embora haja avanços nas políticas públicas, ainda é necessário fortalecer ações que garantam não apenas o acesso à alfabetização, mas também uma educação crítica, contextualizada e comprometida com a transformação social.

¹ Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (EJA) são espaços coletivos de participação, diálogo e mobilização social que fortalecem a luta pelo direito à educação. Reúnem educadores, estudantes, movimentos sociais, universidades e gestores públicos para construir, de forma democrática, políticas voltadas à EJA, defendendo uma educação crítica, emancipadora e comprometida com a transformação social. Possuem papel fundamental na valorização dos saberes dos sujeitos da EJA, na defesa da formação específica de educadores e na articulação entre universidade, escola e movimentos populares, reafirmando os princípios da Educação Popular inspirados no pensamento de Paulo Freire. Além disso, constituem-se como importantes espaços de resistência e incidência política na defesa da EJA como direito e política pública permanente.

As diretrizes curriculares da EJA² em Maceió, apresenta elementos próximos à proposta de Paulo Freire, especialmente ao compreender que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 1987), reconhecendo o educando como sujeito histórico e produtor de saberes. Contudo, por estar inserida em uma estrutura institucional formal, ainda convive com práticas tradicionais voltadas à certificação, o que faz com que a educação popular se realize de forma parcial e desigual.

Apresentando assim desafios significativos que comprometem a qualidade do ensino. A infraestrutura das escolas, em muitos casos, é inadequada, com espaços físicos precários e falta de recursos básicos. Além disso, a formação continuada dos educadores nem sempre é suficiente, o que dificulta a adoção de práticas pedagógicas atualizadas e eficazes.

Outro ponto crucial é a escassez de materiais didáticos apropriados para a EJA, o que compromete o processo de aprendizagem, considerando as especificidades e as experiências dos educandos. Dessa forma, é essencial que políticas públicas voltadas para a EJA não apenas em Maceió mas em Alagoas contemplem não apenas a melhoria da infraestrutura e da formação dos profissionais, mas também a disponibilização de materiais didáticos adequados e contextualizados.

3 EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO POPULAR E EJA

3.1 CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO

Segundo Brandão (1981), a educação é um processo coletivo de produção de saberes, vivido nas relações sociais e culturais, voltado à formação humana, à consciência crítica e à transformação da realidade. Nesse sentido, ela não se restringe ao espaço escolar, mas se manifesta em diferentes contextos da vida social, nos quais os sujeitos interagem, compartilham experiências e constroem conhecimentos ao longo de suas trajetórias.

² Utiliza-se a sigla EJA (Educação de Jovens, Adultos e Idosos) quando a referência se destina à Rede Municipal de Ensino de Maceió, em conformidade com a Resolução COMED nº 03/2016 e com as Portarias SEMED nº 137/2021, nº 287/2022 e nº 48/2024, que adotam oficialmente essa nomenclatura. Nos demais casos, utiliza-se a sigla EJA, conforme a legislação nacional.

Essa compreensão permite reconhecer que a educação se expressa nos diversos espaços de convivência social, como a família, os grupos de amigos, o ambiente de trabalho e as instituições religiosas, nos quais ocorrem trocas de experiências, valores e saberes construídos na prática social. Assim, ela não ocorre apenas de forma sistematizada, como na educação formal, desenvolvida em instituições escolares com objetivos, conteúdos e métodos previamente planejados, mas também acontece de maneira espontânea nas vivências cotidianas, caracterizando a educação informal.

A família representa o primeiro espaço educativo da vida humana, sendo responsável pela transmissão inicial de valores, hábitos e normas de convivência. As relações de amizade favorecem o compartilhamento de experiências e a ampliação de conhecimentos em contextos mais espontâneos. No ambiente de trabalho, a aprendizagem ocorre por meio da interação entre colegas e da aquisição de habilidades práticas e profissionais. As instituições religiosas, por sua vez, também desempenham função educativa ao promoverem espaços de reflexão sobre valores éticos, sociais e espirituais.

A educação escolar constitui uma modalidade específica de educação formal, caracterizada pela sistematização do conhecimento científico e pela organização de conteúdos, métodos e objetivos pedagógicos. Além de garantir o acesso ao saber historicamente produzido, a escola desempenha papel fundamental na formação crítica dos sujeitos, contribuindo para o exercício da cidadania, para a compreensão da realidade social e para a formação de indivíduos capazes de atuar de maneira consciente e transformadora na sociedade.

3.2 EDUCAÇÃO POPULAR

A educação popular é uma concepção educativa que valoriza os conhecimentos prévios dos educandos, suas realidades e suas experiências sociais. Mais do que um método de ensino, constitui uma postura pedagógica fundamentada em princípios éticos e políticos. Nessa perspectiva, o educador assume o compromisso de não

dissociar o ensino da vida, compreendendo a educação como uma prática voltada para a emancipação e a liberdade.

Como afirma Gadotti (2003), "a educação popular não é apenas um conteúdo ou um programa, mas uma forma de estar no mundo e de educar com compromisso social". À luz dessas contribuições, compreende-se que pensar a Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da educação popular exige, antes de tudo, uma atuação profissional comprometida ética e politicamente com a transformação social. Isso implica reconhecer os sujeitos da EJA como protagonistas de sua própria história e valorizar seus saberes, experiências e contextos de vida como elementos constitutivos do processo educativo.

A participação dos educandos constitui um elemento central dessa concepção, pois possibilita a reflexão crítica sobre a realidade e a construção coletiva do conhecimento. Por isso, Freire afirma que "não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhes propicie condições de verdadeira participação" (Freire, 2025, p. 123).

Nessa perspectiva, os educandos não se limitam a receber passivamente os conteúdos transmitidos pelo professor; ao contrário, são incentivados a questionar, dialogar, opinar e compartilhar seus saberes. O educador, por sua vez, abandona a postura de autoridade absoluta e assume o papel de mediador do processo educativo, reconhecendo que o ensino envolve uma troca de conhecimentos entre docentes e discentes. Como destaca Freire (2025, p. 25), "não há docência sem discência", pois "quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender".

Compreende-se, portanto, que a educação popular rompe com a ideia de ensino baseado apenas na transmissão de conteúdos. Conforme ressalta Freire (2025, p. 47), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua construção". Assim, o ato de ensinar consiste em orientar, mediar e estimular a curiosidade dos educandos, favorecendo o desenvolvimento da autonomia intelectual e da consciência crítica. Dessa forma, a aprendizagem torna-se um processo participativo e significativo, no qual educador e educandos constroem conhecimentos conjuntamente.

3.3 EJA E EDUCAÇÃO POPULAR

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica brasileira destinada às pessoas que não tiveram acesso à escolarização ou não conseguiram concluir seus estudos durante a infância, adolescência ou juventude. Prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a EJA é ofertada pelas redes municipais e estaduais de ensino. Embora seja desenvolvida, predominantemente, no ambiente escolar, também pode ocorrer em outros espaços educativos, como associações comunitárias, organizações não governamentais (ONGs) e instituições parceiras, desde que esteja vinculada às diretrizes e políticas públicas educacionais.

Durante muito tempo, a educação de jovens e adultos no Brasil foi concebida como uma estratégia para reduzir os índices de analfabetismo, e não como a efetivação de um direito fundamental à educação. Em razão dessa concepção, prevaleceram campanhas de alfabetização pontuais e descontínuas, que pouco valorizavam os conhecimentos, as experiências de vida e as necessidades dos sujeitos envolvidos.

Essas iniciativas eram orientadas por uma perspectiva tecnicista, centrada na ideia de que alfabetizar consistia apenas em ensinar a decodificação da leitura e da escrita. Esse modelo tradicional desconsiderava o protagonismo dos educandos e suas trajetórias de vida, reforçando a imagem de que o estudante da EJA seria alguém "atrasado" ou "incapaz". Essa visão é amplamente criticada por Paulo Freire, ao afirmar que "a alfabetização não pode ser um ato mecânico de depositar letras na mente das pessoas, mas um ato de conhecimento e de criação" (Freire, 1987, p. 17). Nessa mesma perspectiva, Miguel Arroyo (2005) destaca que os sujeitos da EJA são, antes de tudo, sujeitos de direitos e de lutas sociais. São trabalhadores, mães, pais, jovens e idosos que enfrentaram diferentes obstáculos ao longo de suas trajetórias e que, apesar das dificuldades, decidiram retomar os estudos. Para o autor, "não basta trazê-los para a escola; é preciso reconhecer seus saberes e suas lutas como parte

da aprendizagem". Isso significa compreender que o processo de alfabetização deve considerar as dimensões histórica, social, política e afetiva que constituem a identidade desses educandos, valorizando seus conhecimentos e promovendo uma educação comprometida com a emancipação e a cidadania

4 A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

4.1 ALFABETIZAÇÃO NA EJA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a alfabetização fundamentada na educação popular tem como principal referência as concepções de Paulo Freire (1987, 1996), que defende uma educação baseada no diálogo, na valorização da realidade dos educandos e na construção coletiva do conhecimento. Para o autor, alfabetizar não significa apenas ensinar a ler e escrever, mas promover a leitura do mundo e da própria realidade, em um processo de conscientização crítica e emancipação. Nesse sentido, as palavras trabalhadas no processo de ensino precisam fazer sentido para o cotidiano dos educandos. Por essa razão, Freire propôs o uso das "palavras geradoras", extraídas da linguagem e das experiências vividas pelos próprios sujeitos. Como explica Freire (1983), a palavra tijolo, por exemplo, não deveria ser ensinada apenas por apresentar sílabas de fácil compreensão, mas porque faz parte da realidade de quem trabalha na construção civil, constrói casas e vivencia esse universo. Dessa forma, a alfabetização aproxima-se da realidade social e cultural dos educandos, deixando de ser um exercício mecânico para constituir-se como um processo de compreensão da realidade e de transformação social.

Essa perspectiva é reforçada por Magda Soares (2003), para quem alfabetizar não consiste apenas na aprendizagem do sistema de escrita, mas também na inserção do sujeito no universo da leitura, da escrita e da cultura letrada. A autora defende que a alfabetização deve dialogar com o cotidiano dos educandos, considerando seus interesses, necessidades, experiências e formas de linguagem. Na Educação de Jovens e Adultos, essa concepção torna-se ainda mais relevante, uma vez que os

educandos chegam à escola trazendo trajetórias de vida e conhecimentos que precisam ser reconhecidos e valorizados como ponto de partida para a aprendizagem. Essa compreensão da alfabetização de jovens e adultos encontra respaldo nos principais documentos legais da educação brasileira, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, articulando-se diretamente às contribuições de autores de referência na área. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), ao assegurar a educação como direito de todos e dever do Estado, aproxima-se da concepção freireana de educação como prática de liberdade, na qual o acesso ao conhecimento constitui condição essencial para a participação crítica e democrática na sociedade. Por sua vez, a LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), ao reconhecer a EJA como modalidade da educação básica e valorizar as especificidades de seus sujeitos, converge com as ideias de Arroyo (2011), que defende o respeito às trajetórias, identidades e experiências dos educandos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000) reforçam, igualmente, a valorização dos saberes prévios e da diversidade sociocultural, em consonância com a perspectiva freireana da leitura de mundo e com os estudos de Soares (2003) sobre o letramento como prática social. Assim, os documentos oficiais não apenas regulamentam a EJA, mas também incorporam, ainda que de forma implícita, fundamentos teóricos que compreendem a alfabetização como uma prática social, crítica, contextualizada e transformadora.

4.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TRANSFORMADORAS NA EJA

A prática pedagógica na Educação de Jovens e Adultos (EJA), quando fundamentada nos princípios da educação popular, não deve restringir-se à utilização de cartilhas padronizadas ou de metodologias rígidas e previamente definidas. Ao contrário, precisa ser construída a partir da escuta ativa, do diálogo e da valorização dos conhecimentos e experiências que os educandos trazem consigo. Nessa perspectiva, o processo de ensino-aprendizagem deve promover uma aprendizagem

significativa, considerando os contextos socioculturais dos estudantes e estimulando sua participação ativa por meio de debates, pesquisas e reflexões relacionadas à sua realidade.

Assim, os conteúdos escolares precisam estabelecer conexões com o cotidiano e com as vivências sociais dos educandos, favorecendo a construção de conhecimentos que façam sentido em suas trajetórias de vida. Essa concepção encontra respaldo nas reflexões de Paulo Freire sobre a prática educativa, ao questionar: “Por que não estabelecer ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos educandos e a experiência social que eles têm como indivíduos?” (Freire, 2025, p. 32). Assim, o ensino na EJA deve constituir-se como um espaço de diálogo entre os conhecimentos sistematizados e as experiências concretas dos estudantes, promovendo uma educação emancipatória e socialmente contextualizada. Além disso, a prática pedagógica orientada pelos princípios da educação popular tem como um de seus objetivos centrais o desenvolvimento da consciência analítica dos educandos, possibilitando-lhes compreender, analisar e problematizar as desigualdades presentes na realidade social. Nessa perspectiva, busca-se formar sujeitos capazes de atuar de maneira crítica e participativa na sociedade, exercendo sua cidadania e contribuindo para a defesa e a ampliação de direitos fundamentais, tais como a liberdade de expressão, o acesso à educação, à saúde, à alimentação, à moradia e ao trabalho digno.

A formação da consciência analítica, portanto, constitui um elemento essencial para a construção da cidadania e para a transformação social. Conforme argumenta Freire (1967), a ausência de uma postura crítica diante da realidade favorece interpretações ingênuas dos problemas sociais e conduz à superficialidade na compreensão e no debate de questões de interesse coletivo. Desse modo, a educação popular ultrapassa a mera transmissão de conhecimentos, assumindo o compromisso de promover a reflexão e a emancipação dos sujeitos por meio de uma prática educativa dialógica e transformadora.

Nesse contexto, evidencia-se a relevância de uma educação concebida por Freire como uma “educação como prática da liberdade”, caracterizada pela valorização do diálogo, da participação e da autonomia dos educandos.

Diferentemente de uma prática educativa autoritária e impositiva a qual tende a limitar o desenvolvimento da capacidade reflexiva dos educandos. Nesse sentido, Freire questiona: “Como aprender a discutir e a debater com uma educação que impõe?” (Freire, 2025, p. 127), ressaltando a necessidade de práticas pedagógicas democráticas que promovam a formação de sujeitos críticos, participativos e conscientes de seu papel na sociedade.

A análise da educação popular na prática pedagógica também encontra respaldo nos documentos oficiais que orientam a educação brasileira, os quais apresentam aproximações significativas com seus princípios, ainda que não os assumam integralmente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) reconhecem a importância dos saberes construídos pelos educandos ao longo de suas trajetórias de vida, valorizando as experiências adquiridas em diferentes contextos sociais, culturais e profissionais.

Nesse sentido, o Art. 18 das Diretrizes da EJA prevê o aproveitamento de conhecimentos desenvolvidos em práticas sociais e no mundo do trabalho, possibilitando sua incorporação aos componentes curriculares. Tal orientação dialoga com o disposto no Art. 3º, incisos X e XI, da LDB, que enfatiza a valorização da experiência extraescolar e a vinculação da educação às práticas sociais. Além disso, o § 3º do Art. 18 estabelece que os processos avaliativos devem ser flexíveis e diversificados, assegurando aos educandos diferentes oportunidades para demonstrar suas aprendizagens. De forma complementar, o Art. 11 orienta que a organização curricular da EJA considere as experiências de educandos e educadores, promovendo condições de acesso, permanência e aprendizagem com equidade.

Observa-se, portanto, uma convergência entre os documentos normativos e os pressupostos da educação popular, especialmente no que se refere ao reconhecimento dos educandos como sujeitos de saberes, à valorização de suas experiências e à construção de uma educação contextualizada e socialmente significativa.

Desse modo, a Educação de Jovens e Adultos não deve ser compreendida apenas como um espaço destinado à alfabetização ou à escolarização, mas como um ambiente de formação humana, construção da cidadania, valorização das trajetórias

de vida e fortalecimento da participação social. Nessa perspectiva, a educação assume um papel fundamental na constituição de sujeitos conscientes de sua inserção na sociedade. Como afirma Paulo Freire (1996, p. 25), “a educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

A transformação social, contudo, não ocorre de forma automática apenas pelo acesso ao conhecimento. Ela exige o desenvolvimento da consciência analítica, da capacidade de reflexão e da compreensão das condições históricas, sociais e culturais que permeiam a realidade. Por meio da educação, os indivíduos ampliam sua leitura de mundo, tornando-se mais aptos a identificar desigualdades, problematizar questões sociais e reconhecer possibilidades de intervenção e mudança, deixando de ocupar uma posição passiva para assumirem uma postura ativa e participativa na sociedade. Entretanto, esse processo de conscientização somente adquire pleno significado quando se traduz em práticas concretas de participação social. São os sujeitos críticos e conscientes que se envolvem nos debates coletivos, reivindicam direitos, questionam situações de injustiça e contribuem para a construção de melhorias em diferentes dimensões da vida social, como a educação, a saúde, o trabalho e a qualidade de vida da comunidade. Assim, a educação configura-se como um instrumento essencial para a formação de cidadãos capazes de participar ativamente da transformação da realidade social e do fortalecimento da democracia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, nós passamos a compreender que a alfabetização de pessoas jovens e adultas, quando orientada pelos princípios da educação popular, ultrapassa a dimensão técnica da leitura e da escrita, constituindo-se como prática social, política e emancipatória. Nesse sentido, reconhecemos que os educandos são de fato sujeitos históricos, portadores de saberes e experiências, condições estas que ao nosso ver, revela-se condição essencial para a construção de processos educativos significativos.

Contudo, os estudos e as análises realizadas também nos permitiram problematizar que essa perspectiva da educação popular, ainda enfrenta limites concretos em sua efetivação, especialmente diante de políticas educacionais que, por vezes, tendem à padronização curricular, à fragmentação do ensino e à desvalorização da EJA. Tais contradições evidenciam que o potencial transformador da educação popular não se realiza de forma automática, mas depende de condições objetivas, como a valorização dos educadores, a formação docente crítica e o compromisso político das instituições com uma educação de qualidade social.

Nessa direção, passamos a compreensão de que a prática pedagógica fundamentada no diálogo, na escuta e na problematização da realidade constitui-se como elemento central, mas exige do educador uma postura ética, política e reflexiva. Inspiradas na perspectiva freireana, acreditamos que ensinar implica assumir a educação como ato de resistência e de transformação, o que demanda enfrentamento das desigualdades sociais que historicamente marcam o público da EJA.

Assim, mais do que afirmar o caráter transformador da educação popular, este estudo nos aponta para evidências que essa transformação, tão esperada, ainda é construída em meio a tensões, disputas e desafios, exigindo práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social e com a garantia do direito à educação como direito público subjetivo.

Concluimos, portanto, compreendendo que ainda é desafiante fortalecer os processos de alfabetização na EJA, na perspectiva da educação popular, e que não basta valorizar os saberes dos educandos, mas também lutar por políticas públicas que assegurem condições dignas de ensino e aprendizagem, reafirmando a educação como prática de liberdade e como instrumento de transformação social.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos, v. 20).
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jun. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 jun. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 18 jun. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos: cartilha. Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pactoeja>. Acesso em: 30 abr. 2026..
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF: MEC/CNE, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 2010.
- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MACEIÓ (COMED). **Resolução nº 03, de 21 de junho de 2016**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Ensino Fundamental na modalidade da Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAI, a ser ofertada pelas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Maceió. Maceió: COMED, 2017. Acesso em: 18 jun. 2026.
- FÁVERO, Osmar; FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz (org.). **A educação de jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente**. São Paulo: Cortez, 2005.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 81. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, Moacir. **Educação popular: raízes e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Educação popular: revisitando o debate**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2003.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Educação 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Acesso em: 18 jun. 2026.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. **Referencial Curricular de Maceió (RCM): Educação de Jovens e Adultos**. Maceió: SEMED, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Adriana Barbosa da; VENTURA, Jaqueline Pereira; MACHADO, Maria Margarida. Formação docente e Educação de Jovens e Adultos: disputas em torno do lugar da EJA nas licenciaturas. In: SILVA, Adriana Barbosa da; VENTURA, Jaqueline Pereira; MACHADO, Maria Margarida (org.). **Formação de Educadores de Jovens e Adultos: VI Seminário Nacional**. Niterói: UFF, 2025.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MACEIÓ (SEMED). **Portaria nº 137, de 12 de julho de 2021**. Dispõe sobre a reorganização curricular da Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAII no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Maceió.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação (SEMED). **Referencial Curricular de Maceió (RCM): Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAII**. Maceió: SEMED, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MACEIÓ (SEMED). **Portaria nº 287, de 30 de agosto de 2022**. Define a matriz curricular do Ensino Fundamental na modalidade Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAII da Rede Municipal de Ensino de Maceió. Maceió: SEMED, 2022. Disponível no **Diário Oficial do Município de Maceió**. Acesso em: 18 jun. 2026.